

**COMISSÃO MARANHENSE DE FOLCLORE**  
**AGOSTO DE 2000 BOLETIM ON-LINE Nº 16**

**SUMÁRIO**

- **Editorial**
- **As Bonecas do Maranhão - Carlos de Lima**
- **O Zé Pereira - Lopes Borgea**
- **Velhos Carnavais, Velhos Foliões - Roza Santos**
- **Importância da Casa das Minas do Maranhão - Dr. Sergio Ferretti**
- **Mau Olhado e Malefício no Tambor de Mina - Mundicarmo Ferretti**
- **Economia e Cultura - José Reinaldo Barros Ribeiro Júnior**
- **CMF participa do III Seminário Nacional de Ações Integradas - Michol Carvalho**
- **Resenha de Livro: O cabloco no Tambor de Mina**
- **Notícias**
- **Gira Mundo**
- **Perfil Popular - Augusto Aranha: o sagrado e o profano com perfeição - Lenir Oliveira**

**COMISSÃO MARANHENSE DE FOLCLORE - CMF**

**DIRETORIA:**

Presidente: Sérgio Figueiredo Ferretti  
 Vice-presidente: Carlos Orlando de Lima  
 Secretária: Izaurina Maria de Azevedo Nunes  
 Tesoureira: Maria Michol Pinho de Carvalho

**CORRESPONDÊNCIA:**

CENTRO DE CULTURA POPULAR DOMINGOS VIEIRA FILHO  
 Rua do Giz (28 de Julho), 205/221 – Praia Grande.  
 CEP 65.075-680 – São Luís – Maranhão  
 Fone: (098) 231-1557 / 231 9361

As opiniões publicadas em artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não comprometendo a CMF.

**CONSELHO EDITORIAL:**

Sérgio Figueiredo Ferretti  
 Carlos Orlando de Lima  
 Izaurina Maria de Azevedo Nunes  
 Maria Michol Pinho de Carvalho  
 Mundicarmo Maria Rocha Ferretti  
 Zelinda de Castro Lima  
 Roza Santos

**EDIÇÃO:**

Izaurina Maria de Azevedo Nunes

**VERSÃO PARA A INTERNET:**

Oscar Adelino Costa Neto

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:**

[www.cmfolclore.ufma.br](http://www.cmfolclore.ufma.br)

**E-MAIL:**

[cmfolclore@ufma.br](mailto:cmfolclore@ufma.br)

**Editorial**

Ano 2000 – a sua chegada tem suscitado uma série de expectativas, que, em meio às contradições da nossa época, assumem também conotações diversificadas. Temos muito a refletir, a questionar e a discutir, inclusive em torno dos propalados 500 anos de existência "oficial" do Brasil. Queremos contribuir nesse debate e o nosso Boletim é um veículo para a análise de aspectos que consideramos importantes na área do folclore e cultura popular.

Este número 16 chega no mês de junho, em meio ao rufar das caixas da Festa do Divino Espírito Santo, que, na riqueza do seu universo, muito nos envolve.

É também o tempo quente dos Festejos Juninos, onde, no contexto maranhense, Santo Antônio, São João, São Pedro e São Marçal comandam o grande Arraial em que se transforma a cidade de São Luís e vários municípios do interior do Estado. E aí é só seguir a trajetória do nosso Bumba-meu-boi, que insiste e resiste – vivo, forte e contagiante – com expressivo número de grupos (só cadastrados no CCPDVF são mais de 200) a mostrarem a sua beleza. Os batalhões convidam, a resposta afirmativa com certeza nos levará ao encontro de uma folia envolvente, que representa uma verdadeira (renovada) fonte de sabedoria.

**As Bonecas do Maranhão**

*Carlos de Lima*

Havia, em São Luís (e por outros municípios), não faz tanto tempo, artesãs especialistas na confecção de bonecos perfeitos, completos, "ínteiros", como então se dizia, chegando eu a vê-los, ao tempo de menino, e a possuir um casal, já pai de família. Eram de tecido e cheios de algodão, ou entalhados na madeira. Brancos, pretos ou rosados reproduziam com a maior fidelidade toda a anatomia do corpo humano, com todas as minúcias de dedos, pelos e sexos. Machos e fêmeas.

Na rua dos Afogados, nas imediações dos fundos do "Ateneu Teixeira Mendes", segundo informação de meu amigo Américo Colombo de Freitas, que me ajuda a rememorar, morava uma família de sobrenome Goiabeira, dedicada a este mister. Eram duas irmãs já velhucas e, ao que me lembra, solteironas, de apelido "as Caga Ralo", exímias criadoras dos tais bonecos e bonecas.

Também em Viana, interior do Estado, D. Adalcinda dos Reis Nunes Belfort, nascida em 1918 e falecida em 21 de setembro de 1985, desde os 18 anos fabricava as ditas obras-primas e sua filha Maria do Livramento Almeida, iniciando-se aos 15 anos no metier, continuou o trabalho, mantendo a tradição. Também D. Almerinda Belfort, parente da outra, falecida recentemente, no ano passado, dedicava-se ao mesmo artesanato, de acordo com o que me diz a vianense D. Maria das Graças Costa Souza.

Constituíam-se, na verdade, cousa da maior admiração e grande curiosidade, e não só dos maranhenses como dos viajantes que aportavam na cidade, pois as fabricantes mandavam vendê-las a bordo dos navios que aqui faziam escala.

Pedro Nava, meu amigo e parente, dedicou-lhes um poema em 1943, sem título e que fazia parte de uma reunião intitulada "Bonecas", publicada pela editora Macunaíma, F. R. P. em Salvador, Bahia, que a seguir transcrevemos:

Estranha e perturbadora São Luís...

A ela me levavam também outras associações perigosas, que vinham da adolescência e de uma conversa que eu surpreendera...

(...)

O que eu ouvi referia-se a certas bonecas inteiras ou bonecas completas

- indústria das velhas impuras de São Luís, e vendidas tão abertamente que suas fabricantes iam negociá-las a bordo dos navios de passagem.

Muito procuradas. Não eram arremedos humanos mal enchumachados, de braços e pernas cilíndricos saindo de um corpo cilíndrico.

Não. A cara era linda, o corpo recortado de tal maneira e capitaneado de material tão doce que imitava a graça das curvas e a suave consistência das mais deleitosas fêmeas.

E tinham tudo...

A boca não era um simples bordado de retrós vermelho, mas abertura comissural contendo dentes e a móbil língua.

Tinham seios e umbigo.

Mãos, pés, dedos, unhas.

Pêlo nos sovacos e pentelhos fornidos e crespos.

Amplas nádegas, altas e roliças coxas que, quando afastadas, deixavam ver orifício anal, ninfas, clitóris e hóstio vaginal.

Um verdadeira perfeição.

Eram feitas de todas as cores, de modo que imitavam brancas, negras e mulatas.

Havia as pequenas, as médias e as especiais, grandes como uma criança bem crescida.

Quase utilizáveis.

O corpo era todo trabalhado em pano fino de algodão.

Menos a boceta.

Esta era sempre de cetim.

Pedro Nava é descendente da tradicional família Nava, do Maranhão, conforme relata no livro que abre a coleção de suas memórias – Baú de Ossos; filho de José Nava; neto do comerciante maranhense Pedro da Silva Nava (\*), bisneto de Fernando Antônio Nava, este filho do italiano Francesco Nava, aqui chegado na comitiva do governador Fernando Antônio de Noronha, em 1792. Médico reumatologista, professor da Escola de Medicina e Chefe da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, escritor e poeta, Pedro Nava participou, em Minas Gerais, do Movimento Modernista de 1922. Memorialista comparado a Marcel Proust, são de sua autoria Território de Epidauro (1949) o já citado Baú de Ossos (1972), Balão Cativo (1975), Chão de Ferro (1976), Beira-Mar (1978), Galo nas Trevas (1981), Círio Perfeito (1983). Faleceu em 5 de junho de 1984, deixando inédito Cera das Almas.

(\*) Irmão da avó do autor deste artigo, D. Ana Rosa Nava Rodrigues.

## O Zé Pereira

*Lopes Borgea*

Gente, hoje vamos falar do personagem mais popular do nosso Carnaval Brasileiro. Trata-se do Zé Pereira, esta figura de que falamos desde que nós entendemos. Sim, pois Zé Pereira não nasceu agora como é sabido por todos nós.

Todos trinta e um de Dezembro, quando os dois ponteiros dos carrilhões se abraçam, se confraternizam recebendo o novo dia, Zero Hora, doze horas, Meia Noite, seja como nossa gente queira dizer. O certo é que de trinta e um de dezembro no dia primeiro de janeiro. O Novo Ano, os sinos repicam, foguetes rebombam no ar, automóveis apitam; (quando há bem poucos anos existiam em nossa Cidade as fábricas, estas apitavam); Nos clubes da alta sociedade e de Segunda, os salões ficam superlotados, as orquestras tocam o Hino Nacional, depois nos abraços dos presentes imitando os ponteiros, as falações, estouros de campanhas. Rompem as orquestras, conjuntos... E o tradicional Zé Pereira gritado pelos clarins dando o brado do carnaval.

"E viva o Zé Pereira, pois que a ninguém faz mal"

Viva a bebedeira,

Nos dias de carnaval, isto se repete todos os anos já vindo de outras gerações passadas chegando até nós que passaremos às outras que virão.

O Zé Pereira inicia e termina todas as partidas de dançantes no período da folia do carnaval. aqui, na nossa terra, nossa gente conta o Zé diferente do original, vejamos:

"Viva Zé Pereira,

Viva o carnaval.

Viva o Zé Pereira.

Que morreu na Brincadeira (C...)

Todos: escritores, historiadores, folcloristas, pesquisadores escreveram sobre esse personagem, baseando-se no historiador Vieira Fazenda, que escreveu "Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro".

Uns falam que o Zé Pereira desde o Império se apresentou como um homem; gordo, barulhento, cheio de graça, batendo um bumbo com macetão de ensurdecer...

O mestre Vieira Fazenda descreve assim: "Cartão amorenado e simpático, olhos brejeiros, bigode curto e grisalho, cabelo todo branco e a escovinha, barba escanhada, altura regular, ombros e cadeiras largas, peito cabeludo, musculatura de atleta, sempre em mangas de camisa, calça de brim pardo, apertada no amplo abdômen por estreita correia, negação ao suspensório, chinelos de liga, vendendo saúde, sadio e robusto sem nunca ter tomado um remédio.

Este foi o perfil, em ligeiras pinceladas, retratando o Zé Pereira, que se chamava José Nogueira de Azevedo Paredes. "Miguelista intransigente andou nas Bernardas da Maria da Fonte e da Patuléia – era contudo amigo do filho de Pedro (Imperador) e de todos os brasileiros. Acidentes da vida que não vêm ao caso fizeram Nogueira procurar o Rio de Janeiro, onde, à rua São José, nº 22, abriu modesta oficina de sapateiro. Essa casa, hoje, completamente reformada, era construída por baixo e feio sobradinho de grades de pau, onde por muito habitou a conhecida parteira Luzia, velha desdentada, feia, rosto de pergaminho engegado uma carcassa.

"Foi ali, que, em uma segunda-feira de carnaval, Nogueira, em amistosa palestra com alguns patrícios recordando-se das esturdias e estrondosas da urbi Natal, resolveu, de súbito, com eles sair à rua e ao som de zabumbas e tambores, alugados às pressas, dar uma passeata pela cidade. Sucesso inaudito – e quando ao amanhecer, já meio "na chuva" regressou ao lar, esse triunvirato de foliões podia clamar como.

"Quanto à origem do nome, dizem que: em certas localidades de Portugal, é o bumbo conhecido por Zé Pereira; querem outros, e isto é mais provável: na primeira noite de sucesso os companheiros de Paredes na força do entusiasmo e influenciado pela vinhaça trocavam o nome do chefe e davam vivas ao Zé Pereira em vez de Zé Nogueira.

Bem minha gente, vamos ficando por aqui, transcrevendo o que nos disse a grande escritora, pesquisadora de nossas coisas, Eneida, que há bem poucos dias nos deixou se mudando para o outro lado da vida, deixando uma lacuna impreenchível em seu livro "História do Carnaval Carioca" baseada, como todos os outros que já falamos sobre O Zé Pereira, na fonte do Mestre Vieira Fazenda.

"E viva o Zé Pereira, pois que a ninguém faz mal!

Viva a bebedeira

Nos dias de carnaval".

---

## Velhos Carnavais, Velhos Foliões

*Roza Santos*

Vamos recordar o carnaval maranhense. Aquele carnaval livre, espontâneo, onde não havia comissões julgadoras, arquibancadas e nem se pagava para assistir ao desfile de bloco de índios, corsos e turmas organizadas. A ordem era brincar, com muita animação e alegria, os três dias de momo.

O carnaval é uma festa popular introduzida no Brasil pelos portugueses. Festa conhecida desde a Idade Média na França, Alemanha, Rússia e Espanha. No Brasil, o precursor do carnaval foi o entrudo, também conhecido na Europa, principalmente Espanha e Portugal. Era um tipo de brincadeira de rua que consistia em jogar

água, pó, farinha e tinta nas pessoas. Devido ao caráter grosseiro, a brincadeira sofreu forte repressão por parte da polícia, das famílias e de grupos mais conservadores da sociedade. Com isso, surgiram imposições que visavam dar mais respeito e organização ao entrudo. E assim o carnaval ganhou pomposidade, brilho e maior participação de todos. Surgiram os corsos, os ranchos e os carros alegóricos com foliões jogando confetes e serpentinas, alegrando a rua e sacudindo a cidade. A musicalidade brasileira se faz presente e surgem as marchas-rancho, as marchas, os sambas e os sambas-de-enredo.

Aqui em São Luís, até a década de 50, o carnaval era bem diferente do de hoje. Seu Augusto Aranha, nascido em 1907, lembra dos bailes de Lino Moreira, o Atenas Maranhense, no sobrado da rua Afonso Pena; do de seu Quirino, no sobrado da rua dos Afogados, onde hoje funciona a Escola Ronald Carvalho; e do Fidalgo da Folia, de Odilo Ribeiro, todos de classe média, chamados bailes de segunda. Naquele tempo, o lança perfume, ou rodó como se chamava em São Luís, não servia para cheirar, mas era usado para iniciar uma paquera.

Os bailes da alta sociedade aconteciam "no Casino Maranhense... Depois surgiu o Lítero e depois o Jaguarema, clubes sociais de São Luís". Seu Augusto recordava, ainda, as Brincadeiras Fidalgas, os Corsos, o Baralho, a Caninha Verde, a Chegança, o Fandango, os Grupos de Urso, os Blocos e Assaltos Carnavalescos. Além dos clubes citados por Seu Augusto, Dona Edna Vasconcelos acrescenta Os Lunáticos, localizado na rua Grande, de esquina com a rua de São João.

Tradicionalmente, o carnaval do passado de São Luís do Maranhão foi essencialmente de rua. O entrudo era uma brincadeira de água colorida, que manchava a roupa, de talco ou maisena, jogados sempre nos olhos. O maranhense tinha sua maneira própria de brincar o carnaval. As brincadeiras de rua eram o corso, cordões de urso, cruz-diabo, fofão, chegança, baralho e casinha da roça.

A grande concentração popular era na Praça Deodoro e nas avenidas Silva Maia e Gomes de Castro. O centro urbano de São Luís era todo decorado com figuras de Reis-Momos, palhaços, odaliscas, pierrôs, colombinas, arlequins e zé-pereiras. Nas horas de maior movimento deixavam de circular os bondes do Anil, Areal (bairro Monte Castelo), Estrada de Ferro, Gonçalves Dias, João Paulo e São Pantaleão. O desfile começava às 4 horas da tarde e terminava às 8 horas da noite. Pela praça desfilavam grupos de pessoas fantasiadas, pessoas vestidas de qualquer jeito e até homens nus da cintura para cima, o máximo de nudez permitida. Blocos como Fuzileiros da Fuzarca, da Madre Deus; Cadete do Samba, da Coréia; e Vira-Latas, do Centro da Cidade; turmas como da Mangueira, do João Paulo; e do Quinto, da Madre Deus, eram alguns dos grupos já organizados e fantasiados daquela época.

Havia ainda os blocos que compareciam às festas da sociedade como o É do Casino e o É só pra olhar, ambos só e moças, e Os Sentenciados, É do Barulho, O Oba e Bando da Lua, integrados apenas por rapazes, retratando a separação dos sexos no Carnaval da época.

### Brincadeiras Fidalgas

"Era como uma espécie dessas escolas de samba. Tinha enredo bolado sobre a fidalguia. Um rei, uma rainha, uma princesa, um oficial de marinha ou um plebeu se apaixonando pela princesa e não podendo se casar com a princesa. A Caninha Verde também é isso", lembrava seu Augusto. O Fandango e o Congo "eram brincadeiras que tinham rei e rainha. Saíam nos três dias de carnaval com música, clarineta, entrava na casa tocando e tinham falas", diz Luís de França.

### Corso

Espécie de carro alegórico que desfilava depois das 4 horas da tarde pelas ruas da cidade, os corsos eram carros particulares das famílias tradicionais que desfilavam em automóveis V-8 e Studbaker e Baratinhas Ford, enfeitados de fitas e flores, de capota arriada, levando moças e rapazes jogando confetes, serpentinas e lança-perfumes nas pessoas.

O corsos em caminhões eram os populares. Nas barras de proteção da carroceria do caminhão eram colocadas tábuas para ficarem mais altas. O traje era uma blusa com uma saia ramalhuda que cobria toda a barra da carroceria do caminhão, geralmente com um tema que determinava a fantasia. A orquestra era formada por três ou quatro músicos, sempre um ou dois instrumentos de sopro, indispensáveis para chamar a atenção. As moças vinham cantando e batendo pandeirinhos de brinquedo.

Na década de 50, os corsos exibiam grandes animais de madeira e papelão: águias, elefantes, jacarés, cavalos alados, pavão, ursos, figuras do mundo antigo, palácios e fontes com uma criatividade igual à dos carnavalescos da década de 70.

### Chegança

Auto dos tempos coloniais, no qual um grupo de pessoas representava personagens de um navio de guerra e simulava seus trabalhos e manobras pelas ruas da cidade. O instrumento era o maracá, que todos tocavam enquanto faziam encruzes de espadas com falas em verso até chegar a hora de matar o mouro, que representava o almirante. Era uma brincadeira muito aplaudida pelo povo.

### Cordão de Urso ou Brincadeira de Urso

Folião fantasiado de urso, vestido com um macacão de estopa (tecido grosseiro de cânhamo) esfiapado, de onde sai um rabo comprido. O urso desfilava preso a uma corrente puxada por um domador fantasiado de macaco. O domador, com um chicote na mão, força o urso a mostrar suas habilidades. O urso pára e dança na porta das casas, enquanto o macaco recolhia as gorjetas numa lata de goiabada vazia. A dupla era acompanhada de uma charanga de apitos e batidos de lata.

### Baralho

Brincadeira formada por grupos de negros que percorriam as ruas da cidade cantando músicas com letras picantes de duplo sentido, tocando castanholas, sanfona, pandeiros, reco-reco, tambores e remexendo as cadeiras (quadris) em danças lascivas que escandalizavam a sociedade da época. Isso gerou termos depreciativos como "negras do baralho", "polvilho do baralho" com a intenção de rejeitar as pessoas que brincavam o Baralho, por ser uma brincadeira contagiante e alegre que atraía muita gente por onde passava.

Seu Augusto Aranha lembrava que "tinha o Baralho da Madre Deus, Baralho da Praia do Caju, hoje Beira-Mar, o Baralho da Praia do Desterro. Eram os três célebres. Todos se reuniam na hora do almoço nos lugares e saíam 2 horas da tarde. Era muita gente, muito pior que essa banda que sai aí todo sábado" (ele se referia à extinta Banda do Baixo Leblon que saía da Beira-Mar e animou os pré-carnavais de rua até o início da década de 90). O traje? "eles se trajavam à vontade. Era aquelas saias grandes, as mulheres, e os rapazes de calça, chapéu de palha, cara pintada, tudo cheio de pó. Antes tinha cabacinha. Eles compravam bexiga de boi, esticavam bem e fabricavam a cabacinha com água e tinta colorida...atirava aquilo que espocava e sujava a roupa do camarada todinha"

## **Cruz-Diabo**

Figura de um diabo espantoso, com máscara de chifre, usando camisolão vermelho e preto com mangas compridas e gola larga, tendo no peito uma cruz. Depois o camisolão foi substituído por roupa de meia toda vermelha, bem coladinha, com máscara do diabo empunhando um lança tridente, diz seu Augusto. Quando parado numa esquina, quem o via se benzia e dizia: "cruz diabo". A cada mudança de lugar e voltando a se encontrar com a figura, a pessoa jogava uma pilhéria e exclamava "cruz diabo". De onde se conclui que o nome Cruz-Diabo se originou da exclamação "cruz credo, diabo".

## **Fofão**

Fantasia que só existe no carnaval maranhense. Alguns dizem que tem origem no bufão medieval que tem a mesma tradição do bobo da corte, cuja função essencial era a de fazer rir. Outros afirmam que o fofão descende do Polichinelo da Comédia Del Arte italiana. Embora exista em vários estados do Brasil, só no Maranhão é conhecido pelo nome de fofão. A fantasia consiste em um largo macacão de chita ou de seda com guizos nas extremidades da gola, das mangas e das pernas e uma horripilante máscara de borracha ou de papel machê com bocarra e calombos na frente e bochechas e geralmente um nariz enorme insinuando um pênis.

Solitário ou em grupo, o fofão, com seu grito: Ulá! Lá ! Lá!, sua boneca, que entrega às pessoas para que lhe restitua junto com algum dinheiro, e sua varinha, para espantar os cachorros, foi a alegria e o terror de muitas crianças nos carnavais maranhenses.

## **Vira-Latas**

Antigo bloco maranhense criado em 1933 por um grupo de cerca de 15 cadetes. Era um bloco composto por rapazes da elite local que freqüentavam os grandes clubes sociais da época: Casino Maranhense e Grêmio Littero Recreativo Português. Quando começou a fantasia do Vira-Latas era calça e camisa listrada e um chapéu de palha na cabeça, depois passou a ser um fofão preto enfeitado com ases das cartas de baralho. Tanto a vestimenta tipo fofão adotada depois por todos os blocos tradicionais maranhenses, como também os grandes tambores de batucada foram invenções do Vira-Latas.

## **Assalto Carnavalesco**

Era grupo para fazer baile, formado por moças e rapazes da elite ludovicence, todos fantasiados de dominó, arlequim ou, mascarados de fofão, que "assaltava" a casa de determinada pessoa e fazia o baile de carnaval. Essa maneira de brincar esteve presente no carnaval de São Luís até o final da década de 50. O dono da casa era avisado por um linguarudo que seria "assaltado" e então comprava comida e bebida para receber o grupo, que por sua vez levava a orquestra. O grupo chegava, batia na porta e ia entrando e desarrumando a casa para criar espaço para a festa. Desses bailes, a música de época que ficou na memória de seu Augusto Aranha foi "Se eu morrer não quero choro nem vela/ quero uma fita amarela gravada com o nome dela".

## **Casinha da Roça**

Uma das poucas brincadeiras antigas do carnaval maranhense que ainda sobrevive, é a campeã de originalidade, pois representa singularmente a cultura popular do Estado do Maranhão. A Casinha da Roça foi criada em 1946 pelo senhor Emídio França numa oficina de construção de carroceria de caminhão e ônibus localizada na avenida Roma Velha, hoje, avenida Newton Bello, no bairro Monte Castelo. Na época, a Casinha da Roça era um verdadeiro contraste com os outros corsos que exibiam luxuosos cenários iluminados, enquanto o curso da roça era marcado pela simplicidade das palhas, do fogareiro e das quebradeiras de coco. A Casinha da Roça traduz o cotidiano da família interiorana maranhense. Suas principais características são a presença de um tambor de crioula tocando dentro da casa, cozinheiras, quebradeiras de coco, socadoras de pilão e comidas típicas como cuxá, peixe frito, sururu e caranguejo, além de cocos, gaiolas e enxadas. Tudo lembra a vida na roça.

## **Bailes**

À noite, a animação era nos clubes. No Casino Maranhense, que ficava na Rua Grande, onde hoje é a Loja Sabina, era realizado o baile da elite, que contagiava os foliões, com mulheres usando meia máscara e fantasias de luxo. O antigo Cine Éden, hoje loja Marisa, também na Rua Grande, abria suas portas, à tarde, para os bailes da juventude pobre e o SESI, na Rua Grande, onde hoje é a Procuradoria Geral de Justiça, era o clube social para mocinhas pobres, na vespéral.

Nos clubes populares, onde as máscaras tinham uma peculiaridade específica, a animação era total. Nesses Bailes Populares de Máscaras, as mulheres entravam sós ou em grupo sempre mascaradas e fantasiadas. Eram freqüentados por operárias de fábrica, empregadas domésticas e trabalhadoras em geral de uma camada mais pobre. Marcaram o carnaval bailes populares das décadas de 50 e 60 como o Cantareira (na Rua Grande), o Jacarepaguá (na Rua do Sol), o Cabeção, a Furna do Satã, o Inferno Verde, a Gruta do Satã (perto da velha estação de bonde, no Monte Castelo), o Berimbau, a Cabana de Pai Tomás, o Inferno Verde, o Forró da Rosa, o Vassourinha, o Rasga Sunga, o Rei Pelé (no Ribeirão) e o Bigorrião, conhecido como o baile para onde iam os figurões da sociedade.

O baile que se tornou mais famoso por sua organização o Baile de Moisés. O clube era decorado desde a entrada com figuras carnavalescas. Ele formava as melhores orquestras porque fazia teste prévio com os músicos. Seu Moisés animava os seus Bailes criando uma série de brincadeiras como coroação da Rainha do Carnaval, Festa do Pierrô, da Colombina, da Chegada do Rei Momo, da Índia Potira etc. Nesses bailes não iam prostitutas. Elas faziam os seus próprios bailes na rua 28 de Julho, no Centro Histórico.

O Baile de Máscara entrou em crise na década de 60, quando o então prefeito de São Luís, Eptácio Cafeteira, resolveu proibir esse costume popular das festas de carnaval.

A presença de mulheres em blocos e nas turmas começou com algumas meninas, garotas pequenas de até 15 anos. Só em meados do anos 50 é que se vê a presença de moças como rainha do bloco e meninas como balizas.

O que se chama hoje de escolas eram turmas. Turma da Mangueira, a primeira, no João Paulo ou Mangueira; Turma da Flor do Samba, no Desterro; Fuzileiro da Fuzarca e Turma do Quinto, na Madre Deus. O desfile era misturado, não tinha ala. Era a batucada e na frente a menina, a baliza. A partir de 1949 começou a ter uma arrumação, com porta-bandeira e mestre sala, as pequenas na frente. "As baianas é coisa já da década de 60", diz Luís de França.

Os instrumentos usados na bateria da Turma do Quinto eram: o pandeiro, um ou dois, sempre tocados por Cristóvão ou Timóteo; o tambor de marcação, aquele "dois por um", e o pandeirinho pequeno, que era batido com a mão. A cuíca? Não tinha cuíca. Ela foi introduzida como instrumento do bloco em 1946 quando Lousa foi ao Rio de Janeiro e trouxe a novidade.

No Rio se brincava o carnaval com o tambor-onça pequeno no batuque do samba. Eles fizeram de uma lata e aí começou a cuíca. O tambor-onça já existia no boi, mas não em bloco. Nesse tempo, o próprio pessoal das Turmas fazia os instrumentos de lata, pintava por fora e esquentava no fogo.

O percurso era ao bel-prazer dos integrantes do bloco. "Saía da sede da Madre Deus, cantando uma música. A gente parava em frente ao cemitério, fazia aquele minuto de silêncio. Era a saudação às pessoas que morriam. Aí saía com outro samba. descia a Rua do Passeio até o Caminho da Boiada, cantando outra música.. na Rua do Passeio, na Rua Grande. O certo é que cantava música de todos compositores. sempre tinha aquelas mais preferidas que às vezes a turma do bloco pedia. A Turma do Quinto era mais ou menos 100 a 200 pessoas até 300, só o pessoal do bairro".

Os bairros que faziam mais brincadeira? Eram a Madre Deus, o Desterro, Caju, o João Paulo. Todos faziam Brincadeiras Fidalgas, Caninha Verde e Chegança. Depois deixaram as brincadeiras fidalgas e vieram os blocos, todos vestidos naquelas fantasias iguais. Ensaíavam só música carioca.

Divulgação das músicas: "Nessa época não tinha rádio ainda. Era 30 ou 40". A verdade é que naquela época rádio era artigo de luxo, só para pessoas de classe média alta. Pobre não tinha rádio.

A divulgação: "era batucada pelos cantos, à noite, serenata. Um tocava na porta do outro e a notícia corria. - Fulano fez um samba assim!". O canto do Lira era o local em que os homens se reuniam para mostrar um samba novo, sempre acompanhado de uma garrafa de grogue, de cachaça ou tiquira. Entre um canto e um gole de pinga iam passando a música uns aos outros. Memória de Luís de França, um dos fundadores da Turma do Quinto, em 1939.

Nada mais enriquecedor do que a memória de nossos velhos vivos ou que já se foram, e que nos deixaram a sua história de vida para que pudéssemos conhecer como foi, no passado, a vida cultural da nossa terra.

Nota: Ao escrever esse artigo tendo como base, entre outras, a memória de Seu Augusto Aranha Medeiros ele ainda estava entre nós. Seu Augusto morreu aos 92 anos em 23 de março de 2000.

Bibliografia Consultada:

SOUSA, Sandra Maria Nascimento. Mulher e Folia: participação das mulheres nos bailes de máscaras do carnaval em São Luís, nos anos 1950 a 1960. São Luís: Plano Editorial SECMA/Lithograf, 1998.

SECMA/Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho. Memória de Velhos. Depoimentos: Uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense. São Luís: Lithograf, 1997. V.2 e V.3.

---

### Importância da Casa das Minas do Maranhão

*Dr. Sergio Ferretti*

A Casa das Minas Jeje tem sido reconhecida por diversos pesquisadores, autoridades em geral e pela tradição do povo-de-santo como a representante mais antiga da tradição Mina-Jeje no Maranhão e necessita ser amparada pelo instrumento jurídico do tombamento, que dará maiores garantias de continuidade e de preservação de seu espaço físico.

Tendo a cidade de São Luís sido reconhecida pela UNESCO, em 1998, como Patrimônio da Humanidade, a Irmandade da Casa das Minas considera importante que ela também seja tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Patrimônio Histórico do Estado do Maranhão e que seja incluída oficialmente na relação dos bens culturais do Estado. Em 1985 o assunto foi discutido, com a presença da arquiteta Dora de Alcântara, do IPHAN, por ocasião do Seminário preparatório ao colóquio internacional organizado pela UNESCO em São Luís, que discutiu Sobrevivências das Tradições Religiosas Africanas na América Latina e no Caribe.

Em 1999, a chefe da Casa das Minas solicitou que a Comissão Maranhense de Folclore se interessasse junto à Fundação Cultural do Maranhão e colaborasse no que fosse possível para providenciar este tombamento.

O Brasil, que já tem 500 anos, é ainda pouco conhecido por nós brasileiros. Mesmo no Maranhão, pouca gente conhece a Casa das Minas. Embora desde 1938 muitos trabalhos científicos e literários tenham sido escritos sobre essa casa, ela se tornou mais divulgada a partir de 1975, com a publicação do romance "Os Tambores de São Luís", do escritor maranhense Josué Montello, da Academia Brasileira de Letras.

A contribuição do negro como um dos elementos fundadores e constitutivos da nação brasileira ainda é pouco reconhecida. Os meios de comunicação divulgam que São Luís foi fundada por franceses, que, como os holandeses, permaneceram menos de dois anos no primeiro meio século da história da cidade. A contribuição dos europeus para a história do Maranhão tem sido razoavelmente conhecida e divulgada por historiadores e literatos. A contribuição dos elementos negro e indígena, infelizmente, ainda é pouco conhecida no Brasil, de modo geral, e especialmente no Maranhão. O esforço de antropólogos, historiadores e literatos não tem sido suficiente para se ampliar esse reconhecimento.

Dizer que o negro, o índio e o branco são formadores de nossa cultura é dizer pouco. Quem são os negros, índios e brancos que construíram o Maranhão? Em relação aos negros, quando eles aqui chegaram, não se consideravam negros, nem pretos, nem africanos e muito menos escravos. Em suas terras, eles eram homens, mulheres e crianças, camponeses ou trabalhadores urbanos, guerreiros, sacerdotes, príncipes e gente de vários povos, chamados entre eles de mina, nagô, tapa, camundá, moçambique, bijagó, balanta, felupe, cachéu, cabo verde, mandinga, angico, angola, benguela, cambinda, congos e outras das numerosas nações e etnias que foram trazidas como escravas para o Brasil e para o Maranhão, em grande quantidade, e aqui, sobretudo entre 1750 e 1850, o último século do tráfico de escravos.

A Casa Grande das Minas, ou Casa das Minas Jeje, ou Querebentã de Zomadônu - seu nome africano, ou simplesmente Casa das Minas, como é mais conhecida, é a casa mais antiga de culto africano do Maranhão e uma das mais antigas do Brasil. É o único terreiro de nação mina jeje entre nós e foi organizada por africanos trazidos de contrabando.

Foi fundada em data desconhecida e depois estabelecida no bairro da Madre de Deus, tendo sido plantada, junto com algumas árvores, ainda lá existentes, à rua de São Pantaleão, nº 857, onde funciona há mais de um século e meio, desde meados da década de 1840, como nos é dado conhecer. Somente o Governo do Estado, a Arquidiocese de São Luís, a Santa Casa de Misericórdia, algumas irmandades religiosas (como a de São Benedito e de Bom Jesus dos Navegantes) e sociedades secretas (como a Maçonaria), que não podem ser identificadas, são das poucas instituições maranhenses mais antigas do que a Casa das Minas Jeje.

Os primeiros escritos hoje conhecidos, que se referem à Casa das Minas, começam a surgir apenas na segunda metade da década de 30. Antes disso, de acordo com escritos de Luiz Mott sobre a inquisição (1995), parece que os tambores não eram ouvidos no Maranhão, como afirma aquele pesquisador:

"não encontramos sequer uma referência à prática de rituais e cerimônias de origem africana no Maranhão colonial - nem mesmo os populares calundus que aparecem citados, sobretudo no século XVIII, do Piauí à capitania de São Paulo. Provavelmente os tambores de mina e rituais congêneres deviam ser praticados tão clandestinamente que os tantãs dos atabaques não chegavam os pios ouvidos dos fiéis mais afeitos às denúncias junto ao Santo Ofício". (Mott, 1995: 19).

Pouco antes da independência, em 1818, dom frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres informa a respeito de negros, que a irmandade de São Benedito dos Pretos era a mais numerosa de São Luís. Sobre os escravos, na referência mais antiga sobre os tambores do Maranhão que temos notícia, aquele frade afirma que:

"para suavizar a sua triste condição fazem, nos dias de guarda e suas vésperas, uma dança denominada batuque, porque n'ella uzam de uma espécie de tambor, que tem este nome. Esta dança é acompanhada de uma desconcertada cantoria, que se ouve muito longe." (Prazeres, 1891: 138).

A graduanda em História da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Emanuela Sousa Ribeiro, em pesquisas realizadas no ano de 1998 no Arquivo Público do Maranhão, por nós orientada informa:

"Já em 1884, Casa Grande das Minas tinha um status diferente das demais, pois que já era assumidamente um local de Mina, apesar de utilizar ainda nos seus requerimentos a expressão bricandeira para tratar de mina. (Ribeiro, 1998: 14)

A mesma pesquisadora informa que, naquele ano, Virgínia Maria da Conceição solicitava permissão para, durante seis meses, ter lugar a brincadeira, na Casa Grande das Minas à rua de São Pantaleão. Informa também que, em 1912, Hosanna da Conceição Ferreira pede licença à Secretaria de Polícia pois estava:

"precisando festejar (com as demais pessoas componentes de uma Irmandade Religiosa, muito antiga, sob sua direção, nesta capital, à Rua de São Pantaleão sob o nº 199, - na conhecida Casa das Minas) o Glorioso São João Batista, com ladainhas e tocadas e dansas de tambor religioso - de Minas" (Ribeiro, 1998: 15)

Em 1896, em visita que fez ao Maranhão, o médico Raimundo Nina Rodrigues (1977:213) informa que "verificou pessoalmente a existência de negros iorubanos e jejes e a disseminação das suas crenças na população brasileira". Diz (1977:107), que foi: "visitar os últimos negros africanos que existiam na

capital daquele estado e que são ali geralmente conhecidos por negro mina. Eram duas velhas, uma jêje... e outra nagô de Abeukutá, residindo ambas em pequenas casinhas nas proximidades de São Pantaleão". Afirma que visitou o terreiro em que os filiados eram umas vinte e poucas negras e mulatas.

Como vemos, ao longo do século XIX e em inícios do século XX quase não se tem referências escritas a práticas religiosas dos negos, que eram chamados genericamente de batuques e para as quais era necessário solicitar autorização à delegacia de costumes e diversões. Apesar da constituição republicana garantir a liberdade religiosa, tal prática perdurou no Maranhão ainda um século após abolida a escravidão. Só a partir de fins da década de 30 alguns intelectuais e pesquisadores vindos de fora irão se interessar em conhecer essas práticas que ainda são pouco conhecidas por muitos maranhenses.

O escritor espanhol Álvaro de Las Casas (s/d: 65/66), em viagem ao Norte do Brasil em 1938, conta que visitou a Casa das Minas em companhia de Dr. Tarquínio Filho e que ficou contente de saber que na "raça negra" há classes sociais e linhagens que se julgam de ascendência nobre e não se misturam e que as linhas mais aristocráticas que estão no Brasil vivem no Maranhão. Considerou a casa grande, abastada, muito limpa e arranjada e das mais distintas. Disse também que dona Andresa pareceu-lhe não gostar de estranhos, mas era muito hospitaleira. Passeou no terreiro onde, à sombra das árvores, palestrou amigavelmente e saboreou sapatins deliciosas. Diz que lá se celebram danças litúrgicas nas noites consagradas, que duram de três a quatro dias. Perguntou indiscretamente à velha Andresa se ela previa o futuro, ao que ela lhe respondeu com dignidade: "Esta não é casa de feitiçaria. Vivemos de acordo com os nossos hábitos e continuamos o culto de nossos antepassados. Não fazemos mal a ninguém nem tomamos conta das vidas alheias". Diz que saiu envergonhado e que a lição lhe provava tanto a gentileza de mãe Andresa quanto sua irreverência de jornalista.

No mesmo ano de 1938 a Casa das Minas foi visitada pelo etno-lingüista português Edmundo Correia Lopes, que publicou vários artigos analisando, sobretudo, elementos da língua mina-jeje utilizada na Casa e chamada na África de Ewê-Fon, afirmando rezear que o vasto patrimônio musical, coreográfico, psicológico, histórico e folclórico desse grande terreiro jeje nunca viesse a ter o estudo que merece.

O médico veterinário maranhense Raimundo Nunes Pereira, filho e sobrinho de iniciadas na Casa das Minas, realizou pesquisa na Casa em 1942. Diz que muitas informações lhe foram facilitadas por haver estado lá na infância e por ter parentesco com pessoas do culto do qual era participante, tendo conquistado grande confiança de mãe Andresa. Em 1947, com o apoio e prefácio de Arthur Ramos, publicou "A Casa das Minas", trabalho que qualifica de "um depoimento" e que foi muito importante para o conhecimento dos jejes do Maranhão.

O antropólogo paulista Octávio da Costa Eduardo, orientando de Melville Herskovits, da Universidade de Colúmbia, passou nove meses no Maranhão em 1944/45. Estudou cuidadosamente a Casa das Minas, a Casa de Nagô e o povoado de Santo Antônio dos Pretos, em Codó. Em 1948 publicou, em Nova York, sua tese: "O Negro no Noroeste do Brasil" apresentando importantes informações sobre este e outros terreiros.

O etnógrafo francês Pierre Verger esteve pela primeira vez no Maranhão em agosto de 1948, onde fez cerca de 250 registros fotográficos inclusive da Casa de Nagô, da rua das Crioulas, e da Casa das Minas. Aprendeu com mãe Andresa nomes misteriosos de alguns voduns ali cultuados e que meses mais tarde representaram papel importante facilitando suas pesquisas na África. Em fins de 1948, chegou a Abomé, capital do antigo reino do Daomé. Informa que os nomes dos voduns anotados em São Luís pertenciam à família real de Abomé. Alguns eram conhecidos somente pelos sacerdotes e serviram como senha junto ao chefe do culto da divindade Zomadônu, para quem são feitas oferendas aos antigos reis.

Em 1952, Verger publicou importante artigo onde revela a identificação entre voduns cultuados no Maranhão e divindades protetoras de reis que governaram no Daomé até 1779. Apresentou então a hipótese de que Na Agontimé, uma das viúvas do rei Agonglô e mãe do futuro rei Ghezo, vendida como escrava por Adandosã, seu meio irmão, deve ter trazido para São Luís o culto dos voduns reais de Abomé. Essa hipótese apresentada por Verger foi reconhecida em 1985 como verossímil no Colóquio sobre sobrevivências religiosas africanas na América Latina e Caribe, organizado pela UNESCO, em São Luís.

Verger, no mesmo artigo, apresenta informações que julgamos interessante lembrar aqui. Diz que o trono do rei do Daomé tinha o caráter sagrado e não podia ser destruído. O rei Ghezo destronou seu meio irmão e como vingança mandou seu trono de presente para D. Pedro I, junto com a expedição que enviou ao Brasil a procura de sua mãe, vendida como escrava. Até hoje esse trono, esculpido em madeira, se encontra no acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, junto com outros objetos, como uma tapeçaria em tecido colorido feitos no Daomé com motivos alegóricos do poder real. Verger informa que esse tipo de artesanato em tecido é utilizado no Daomé desde fins do século XVIII, na época do rei Agonglô, e sua fabricação é uma exclusividade da família Yemadjé, de alfaiates decoradores, da qual descende Nã Agontimé, a esposa do rei Agonglô que foi vendida como escrava. Até hoje eles são fabricantes de bonés, guarda-sóis, bandeiras, tapeçarias e painéis de tela como alguns expostos na mostra que ilustra a exposição Povo de Mina, na galeria Zelinda Lima do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho.

Em 1953, o vice-presidente da República, Café Filho, assistiu a uma cerimônia na Casa das Minas e no mesmo ano o sociólogo francês Roger Bastide, que inovou os estudos afro-brasileiros, visitou também a Casa e sobre ela escreveu várias páginas discutindo aspectos do culto aos voduns. Estudando a área religiosa afro-maranhense, considerou São Luís uma ilha de resistência daomeana, onde os negros estiveram isolados do contato com outras civilizações, e constatou que essa área ficou muito tempo abandonada pelos africanistas brasileiros, inclusive dos que procuravam vestígios daomenos que, devido a influências do culto dos voduns no Haiti, o confundiam com o culto das serpentes. Bastide (1971: 264) afirma que a casa de mãe Andresa é "um pedaço do Daomé do lado de cá do Atlântico". Em diversos livros que escreveu, Bastide faz referências aos ritos de iniciação na Casa das Minas, à hierarquia entre as divindades e entre os membros do culto, a características das divindades cultuadas e a diversas cerimônias e rituais.

Depois de Bastide, muitos pesquisadores brasileiros e estrangeiros continuam visitando, pesquisando e escrevendo sobre a Casa das Minas. A escritora norte-americana Judith Gleason visitou a Casa nos anos 60 junto com Dra. Flor-de-Liz Nina, tendo conversado com dona Amância e outras vodunsis. Em 1970, Gleason publicou, em Nova York, um romance, infelizmente não traduzido, sobre a história de Na Agontimé, de grande interesse para a Casa das Minas. A antropóloga Maria Amália Pereira Barreto escreveu dissertação de mestrado e publicou, em São Luís, livro tratando da Casa e nós próprios redigimos dissertação de mestrado, tese de doutorado e publicamos dois livros sobre a Casa das Minas, em 1985 e em 1995.

Merece destaque o romancista e etnógrafo alemão Hubert Fichte, falecido prematuramente em 1986 e que em 1982/83 passou oito meses estudando a Casa das Minas e publicou em seu país vários trabalhos sobre a mesma. O antropólogo espanhol Luís Nicolau Pares defendeu recentemente, em Londres, tese de doutorado sobre transe e possessão, fazendo muitas referências a esse e a outros terreiros de São Luís.

Alguns maranhenses reclamam que muitos pesquisadores deixaram de pesquisar fatos importantes sobre outras casas de culto do Maranhão, concentrando-se exclusivamente na Casa das Minas. Felizmente, hoje essa crítica aos estudos religiosos afro-maranhenses está sendo superada pelas novas gerações de estudantes e pesquisadores. Mas a Casa das Minas, apesar de razoavelmente conhecida na literatura antropológica, preserva muitos mistérios que instigam os antropólogos que a continuam estudando. Temos notícia de um jovem cientista social do Maranhão que está elaborando dissertação de mestrado em antropologia sobre o declínio da Casa das Minas e de um antropólogo lingüista do Benin que defendeu dissertação de mestrado e está elaborando tese de doutorado tratando da linguagem dos voduns.

O grande intelectual e artista Mário de Andrade, que em 1938 organizou pesquisas de registro musical sobre a cultura popular do Norte e Nordeste, inclusive sobre o tambor de crioula e o tambor de mina do Maranhão, como sabemos, foi um dos idealizadores do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Se tivesse vivido mais tempo certamente Mário de Andrade teria imprimido ao processo de tombamento de bens culturais no Brasil um caráter mais abrangente do que esse Instituto passou a ter. A partir da época do centenário da abolição da escravidão, essa lacuna foi resgatada pois o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional passou a incluir, entre os bens tombados, alguns templos de culto afro na Bahia, fato que teve continuidade com órgãos municipais e estaduais de patrimônio histórico em outros lugares. No Maranhão, a Casa das Minas necessita da proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Estadual como reconhecimento a um dos mais importantes símbolos de uma cultura que veio da África e se implantou no Brasil.

Embora com número reduzido de vodunsis e deixando de fazer certos rituais que existiam no tempo de mãe Andresa, a Casa das Minas continua realizando suas obrigações para com os voduns, algumas das quais exigindo do grupo grandes sacrifícios e realizadas com técnicas hoje pouco utilizadas, como, entre outras, o fogo de lenha em caldeirão de ferro sobre trempe, a pipoca estourada na areia quente e o uso de pilão de pedra e de madeira.

A Casa das Minas é um dos exemplos mais expressivos de afirmação de identidade étnica por afro-brasileiros e de valorização de uma cultura, mesmo quando esta não é vista pelos de fora como a mais evoluída ou autêntica. Por essas e outras razões, merece ser tombada como bem cultural pelo patrimônio histórico.

#### Bibliografia Consultada

ALVARENGA, Oneyda. Tambor-de-mina e tambor-de-crioulo. Registros sonoros do folclore musical brasileiro. São Paulo: Discoteca Pública Municipal, 1948.

BARRETO, Maria Amália Pereira. Os voduns do Maranhão. São Luís: Fundação Cultural, 1977.

BASTIDE, Roger. As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo: Pioneira/ Edusp, 1971, 2 vols. (Original 1960).

EDUARDO, Octávio da Costa. The negro in Norther Brazil: a study in acculturation. New York, J. Augustin Publisher, 1948.

FERRETTI, Sergio F. Querebentan de Zomadônu. Etnografia da Casa das Minas do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 1996 (Original 1985).

\_\_\_\_\_. Repensando o Sincretismo. São Paulo/ São Luís: EDUSP / FAPEMA, 1995.

FICHTE, Hubert. Etnopoesia. Antropologia poética das religiões afro-americanas. São Paulo, Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. Das haus der mina in São Luiz de Maranhão. Frankfurt: S. Fisher, 1989.

\_\_\_\_\_. Explosion. Roman der Ethnologie. Frankfurt: S. Fisher, 1993.

LAS CASAS, Álvaro de. Na labareda dos Trópicos. Viagem ao Norte do Brasil. Rio de Janeiro: A Noite, S/D (1938).

GLEAZON, Judith. Agotime, her legend. With drawings by Caribé. New York, Grossman Publishers, 1970.

MONTELLO, Josué. Os tambores de São Luís - Romance. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1976. (Orig. 1975).

MOTT, Luiz. A inquisição no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 1995.

NICOLAU PARÉS, Luis. The Phenomenologie of spirit possession in the tambor de mina (An ethnographic-visual study). London: University of London, SOAS, PhD thesis. 1997.

PEREIRA, Nunes. A Casa das Minas: culto dos voduns jeje no Maranhão. 2ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1979. (Original, 1947).

PRAZERES, Frei Francisco de N. Sra. dos. Poranduba Maranhense. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: 1891, T. LIV, Parte I, p. 4-282, (Original, 1818).

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Requerimentos de Licenças para Festas na Secretaria de Polícia de São Luís (1873-1933). Relatório Semestral de bolsistas de Iniciação Científica, da Pesquisa: Religião e Cultura Popular - Estudo de Festas no Maranhão e em Terreiros de Tambor de Mina. São Luís, UFMA, 1998.

RODRIGUES, Nina. Os Africanos no Brasil. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1977 (Original 1905).

VERGER, Pierre. Uma rainha africana em São Luís. REVISTA USP n. 6. São Paulo: 1990: 151-158. (Original 1952).

\_\_\_\_\_. 50 Anos de Fotografia. Salvador: Currupio, 1982.

### Mau Olhado e Malefício no Tambor de Mina

Mundicarmo Ferretti

Embora nem toda a população maranhense frequente terreiros, é difícil encontrar alguém no Maranhão que não tenha incorporado no seu sistema de crenças e práticas religiosas ou médicas alguma coisa da religião africana. Mas o Tambor de Mina (manifestação religiosa afro-brasileira típica do Maranhão), apesar de se manter até hoje como um sistema religioso autônomo, possui muitos pontos de contato com o Catolicismo, com o Kardecismo, com a pajelança de origem ameríndia e com práticas culturais de origem européia. Por isso nem sempre é fácil apontar quais das suas práticas e crenças são de origem africana e quais as que têm outra origem.

Como vários terreiros de Mina da capital maranhense têm 'linha' de Cura (pajelança), muitos pais e mães-de-santo desempenham funções que não têm nada a ver com as tradições culturais africanas recebidas de seus antepassados. Contudo, muitos pais e mães-de-santo, ao serem procurados por clientes, dependendo do caso, buscam solução no sistema de origem africana ou no de origem ameríndia e como o segundo, mais do que o primeiro, tem sido alvo de severas perseguições policiais e goza de menor prestígio no campo religioso, é comum os pais e mães-de-santo afirmarem ter deixado de ser curadores e estarem dedicando-se, há muito tempo, só ao culto de voduns e às suas obrigações para com seus caboclos e encantados.

No meio religioso afro-maranhense, o conceito de "mau olhado" apresenta muitos pontos em comum com o de bruxaria, desenvolvido pelo antropólogo inglês Evans-Pritchard, em Bruxarias, Oráculos e Magia entre os Azande, a partir de pesquisa realizada junto àquela sociedade africana. Tal como a bruxaria dos Azande, o "olho mau" é um infortúnio provocado por alguém "que nasceu" com o poder de causar mal a outras pessoas ou a outros seres com os quais entra em contato, podendo sua ação maléfica ser consciente ou inconsciente. Quem não ouviu contar um caso de uma pimenteira carregada ou uma planta viçosa que, sendo admirada por alguém, secou inexplicavelmente?!

Contrariamente à bruxaria dos Azande, uma pessoa pode "botar olho" não só em quem tem ódio ou inveja, mas também em quem ama, daí ser, às vezes, tão difícil a identificação da origem daquele mal. Assim, fala-se em São Luís que uma criança pode adoecer ao ser admirada por um pai ou mãe "coruja". E, como não se sabe quem tem ou não "olho mau", muitos, ao admirar um bebê, costumam bater na boca dizendo "benza-te Deus", para livrá-la da ação do "olho mau", se for possuído.

Mas, ao contrário do que ocorre com a bruxaria entre os Azande, o "olho mau" pode ser neutralizado sem a necessidade de identificação do responsável. Aqui, aquele mal pode ser removido pela ação de benzimentos, banhos etc., que são executados geralmente por pessoas de terreiros de Mina, de Terecô ou por um curador ou "curadeira". E existem várias formas de se saber se a criança estava ou não com "mau olhado" ou com algo parecido. Quando, por exemplo, o galho de planta usado para benzer murcha rapidamente ou quando se espreme o algodão do "hissope" (algodão embebido em azeite e enrolado em uma varinha) em um pires com água o azeite se mistura com ela e desaparece, é sinal de que o mal foi retirado ou afastado da criança pela reza e pelos poderes do benzedor. Diante de tal demonstração, a benzedora que usa o "hissope" reza uma Salve Rainha até "nos mostrar" e atira o pedaço de algodão e a água do pires para onde o sol se põe.

Os adultos são também vulneráveis a poderes maléficos emanados de outras pessoas e a "coisas feitas" (maldades encomendadas a quem trabalha com "exus" ou com as forças do mal – macumbeiros, quimbandeiros e outros). Todo "bom maranhense" já ouviu falar que ser odiado e invejado é algo muito perigoso, pois a pessoa torna-se alvo de forças destruidoras existentes em seus inimigos ou manipuladas por especialistas em "magia negra". Mas, afirma-se que "coisa feita" tem cura, desde que se encontre um pajé com poderes superiores aos de quem fez o serviço. Por isso os curadores (pajés) são procurados mesmo por pessoas que recebem voduns e encantados em terreiros de Mina.

Os poderes do pajé são afirmados na letra de música cantada no terreiro de Mãe Elzita (no Sacavém), no ritual de Cura, onde a responsabilidade do feitiço é atribuída ao "macumbeiro" e não ao curador ou ao "mineiro" (do Tambor de Mina). Mãe Elzita realiza, anualmente, no mês de maio, seu ritual de Cura em homenagem à princesa Doralice, filha do Rei da Bandeira, também conhecida nos terreiros maranhenses por Troirinha.

"Macumbeiro, macumbeiro,

o que tu faz com a mão,

eu desmancho com o pé.

O mestre Didé, só é bom pajé,  
ele tira feitiço e bota jacaré (?)"

Embora a palavra feitiçeiro tenha uma conotação positiva e uma negativa, o termo feitiço é sempre algo temido, pois, atinge as pessoas sem o seu consentimento. Os feitiços do Maranhão foram muito apregoados no início da década de 50, quando um governador eleito morreu sem tomar posse e, em meados da década de 80, quando morreu o presidente Tancredo Neves. E, como Léguas Boji-Buá, chefe da linha da mata de Codó, é conhecido como um encantado que tem uma "banda branca e outra negra", uma para o bem e outra para o mal, os terreiros de Codó são mais acusados de feitiçaria e mais temidos do que os de São Luís.

Mas, pelo menos em São Luís, não se diz abertamente que uma pessoa fez ou mandou fazer feitiço, pois, nessa matéria, tanto o cliente como o especialista é objeto de desaprovação social. Embora se acredite que o feitiço possa ser removido sem que o feitiçeiro cesse sua ação, afirma-se que é preferível fazê-lo desistir do seu intento pois, para desmanchá-lo, é preciso haver alguém com uma força superior à possuída por ele.

Para diagnosticar o feitiço nem sempre é necessária a presença do atingido. Com uma peça de roupa usada o curador pode tirar a prova. Mas, para a remoção do mal o pajé precisa, muitas vezes, tocar o corpo do paciente com um punhal, chupando em algum lugar para extrair besouros, espinho de tucum ou outros elementos que se acredita terem sido ali introduzidos por feitiçaria. Hoje, no entanto, muito curador substituiu essas práticas e alguns preferem transferir aqueles elementos para um ovo de galinha colocado sobre a cabeça da pessoa durante as rezas na seção de Cura. Fala-se também, no Maranhão, em "troca de cabeça", manobra que faz o feitiço passar para um animal.

Como o "mau olhado" e o malefício ocorrem muito freqüentemente, o povo do Maranhão costuma proteger suas casas, estabelecimentos comerciais, barcos, carroças, caminhões e, muitas vezes, o seu próprio corpo com banhos de ervas, figas e plantas (como pião roxo, comigo-ninguém-pode e outras). Muitas pessoas de terreiro cultivam ainda plantas que, quando "preparadas" (regadas com água de carne etc.), avisam quando está se aproximando uma pessoa perigosa, emitindo sons ou dando outros sinais. O povo de Mina defende-se também do feitiço e do "mau olhado" usando "bálsamo santo" comprado em lojas de Umbanda e faz limpeza de suas cabeças e do seu corpo com sal grosso, tido como capaz de afastar toda "carga"(coisa ruim) que vem para a pessoa.

Nem todo mau que ocorre com as pessoas é atribuído pelo povo de Mina do Maranhão a feitiço. Há doenças espirituais e materiais que afligem as pessoas que não podem ser classificadas como "coisa feita" ou como bruxaria. Contudo, doenças com causa material conhecida podem ser também atribuídas à ação de agentes espirituais como Mãe d'Água, Voduns e Caboclos, espíritos de mortos e outros. Assim, uma diarreia amebiana pode ser interpretada como "quizila" do santo da pessoa com certo alimento por ela ingerido; ataques convulsivos de criança podem ser vistos como manobra de Mãe d'Água para carregá-la; dor de cabeça pode ser encarada como mediunidade não desenvolvida etc.

O povo de Mina acredita que para uma pessoa libertar-se de perturbações causadas por entidades espirituais é preciso, às vezes, "dar passagem" a elas, trabalhando como médium, ou assumir algum encargo no terreiro (como tocar um instrumento musical, custear parte das despesas de uma festa anual ou ajudar materialmente na preparação de um médium que dança com a mesma entidade que o atingiu). Para quem já é dançante ou tem obrigação em terreiro é preciso, primeiramente, ver onde está falhando e o que deve fazer para reparar sua falta e reconquistar a proteção espiritual.

O povo maranhense atribui ainda também muito dos seus insucessos ao "azar" e à "panema", essa muito conhecida pelos índios da região, que pode acarretar em má sorte na caça, na pesca e outros atrasos na vida. Mas em relação a esses infortúnios, não se pode ter queixa de ninguém, pois se o primeiro é inexplicável, o segundo advém da inobservância, por ele mesmo, de alguma regra. Mas, como há remédio para tudo, a "panema" pode ser também desfeita com a ajuda do pajé (ou curador) e o azar pode ser combatido ou controlado com o uso de figas, ferraduras e de outros instrumentos de defesa e proteção.

#### Bibliografia Consultada

EVANS PRITCHARD, E. E., *Bruxaria, Oráculo e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

## Economia e Cultura

*José Reinaldo Barros Ribeiro Júnior*

Atualmente, é perceptível que o mundo esteja mais integrado, se observado na ótica do mercado de bens econômicos e da circulação de informações. Dinheiro, imagens e notícias viajam, em velocidade meteórica, de um ponto ao outro do globo, através de moderníssimas aparelhagens eletrônicas. Ao mesmo tempo que isso acontece, vem tornando-se imperioso o estabelecimento de marcos que definem as diferenças entre as nações ou entre regiões. Aqui, focaliza-se o debate em torno da economia e da cultura.

A etimologia da palavra economia indica a junção dos radicais gregos *oikos* (casa) e *nomos* (lei). Esta formatação etimológica sugere a organização e administração de determinado espaço social, que pode ser a casa-doméstica ou a casa-cidade ou até mesmo a casa-Terra. Para a palavra cultura, tem-se o verbo latino *colere* (cultivar). No início, a palavra cultura teve estreita relação com as atividades agrícolas, como a indicar que terra in natura era sinal da presença de homens bárbaros ou incultos, vivendo da prática da coleta. Somente depois, passou a expressar refinamento pessoal, isto é, saber. E hoje, na área cultural, compreendem-se, além do conhecimento, as artes e os costumes em geral, incluindo o idioma, sem olvidar-se a força cultural dos meios de comunicação de massa, propagadores de idéias. De imediato, percebe-se que ambos os termos, economia e cultura, têm algo a ver com ação/atividade humana.

Do ponto de vista conceitual, a economia é a ciência social cujo objeto gira em torno da análise do processo de produção e da forma como o produto é distribuído na sociedade, sendo que o ato de produzir nada mais é do que a ação dos homens, em conjunto, sobre a natureza, transformando-a, como também a eles mesmos. Pode-se, por outro lado, conceituá-la como a ciência que estuda o ato humano de produzir bens para satisfação das necessidades do próprio homem, utilizando-se de recursos limitados. Enquanto a satisfação das necessidades é o fim, os recursos são o meio. A dosagem no atendimento de uma e no uso dos outros fazem aparecer a ciência econômica, vista sempre numa perspectiva social, porque trata de homens agindo enquanto partes de uma sociedade, por isso mesmo designada também de Economia Política.

Cultura, conceitualmente, corresponde ao conjunto de elementos que caracteriza uma determinada população, na sua forma de sentir, ver e agir. Assim, cada aglomerativo humano considerado tem peculiaridades que diferenciam uns dos outros. Da língua às manifestações artísticas, do nível de conhecimento e tecnologia acumulados às tradições morais e componentes folclóricos, as sociedades distinguem-se pela presença destes elementos que integram o mundo cultural; o mundo criado pelo homem. A cultura é uma construção humana, em contraste com a natureza, que corresponde a algo dado, pré-estabelecido. No contato com a natureza e no afã de transformá-la ou extrair dela alguma coisa ou tentar interpretá-la, tem-se a cultura; o oposto do mundo natural, como sentenciou Aristóteles; a criação humana, derivada do agir humano.

Percebe-se que na base conceitual da economia e da cultura tem-se a relação entre homens como elemento definidor e balizador. Sem querer adentrar no debate de qual é o sistema e qual o subsistema, deixa-se registrado tão-somente a interação que há entre os dois conceitos em pauta. Há quem afirme, contudo, que apesar da interdependência entre os dois conceitos, a cultura precede a economia, como afirma o estudioso alemão Hermann Görger. Para Vamireh Chacon, renomado professor de Ciência Política da Universidade de Brasília, a cultura absorve a economia, inspirado provavelmente na literatura weberiana.

Já o Professor Renato Janine Ribeiro, da Universidade de São Paulo, habilmente, põe em discussão uma questão bastante interessante, ao demarcar o campo de uma e de outra. A economia coloca-se no campo da necessidade, ao passo que a cultura coloca-se na esfera da liberdade. A economia opera com o útil, enquanto a cultura, pelo menos enquanto manifestação artística, manipula com o belo. Necessidade sugere obrigatoriedade. Liberdade suscita diversão, prazer. Esta inequação, que põe de um lado, a economia, com seus elementos, utilidade, necessidade e obrigatoriedade, e de outro, a cultura, engravidada pela beleza, a liberdade e o prazer, facultada, espantosamente, uma regra, quase geral, que, do ponto de vista de uma política pública, os "excessos" culturais devam ser evitados. Abusando-se um pouco mais da carona concedida pelo Professor Renato Janine Ribeiro, pode-se perceber que, baseando-se na premissa que opõe economia e cultura, ser livre somente é possível ultrapassando-se o estágio da necessidade. Numa sociedade de classes, em que a distribuição de renda é um escândalo, e uma larga base da pirâmide social sobrevive indigentemente, leva-se à conclusão de que, infelizmente, ainda há uma legião de escravos.



Analisar a estrutura econômica de uma sociedade é averiguar o modo como os homens agem uns com os outros para produzir e atender suas necessidades ilimitadas, algumas inatas e outras adquiridas, em meio a recursos insuficientemente disponíveis que os tornam valorizáveis economicamente. Da mesma forma procede-se ao se investigar a cultura de um povo, pois além dos elementos mais particularmente ligados à cultura, como, por exemplo, análise sobre religião e folclore, podemos descrever as estratégias de ação desenvolvidas pelo homem com propósito de sobreviver materialmente: como se produz a comida; como se distribui os alimentos; quem produz; quem manda; como se dão as trocas e a noção de valores envolvida; se há acumulação ou não. Os antropólogos, neste sentido, sabem muito bem do que se trata aqui. Aliás, a antropologia ajudou a quebrar alguns mitos sobre a superioridade ocidental e sua idéia de que há uma tendência universal e natural do homem para a troca com propósito de acumulação.

O certo é que os dois conceitos são bastante próximos no sentido de estimular o entendimento da sociedade. Por isso mesmo, é que tratar de problemas econômicos, de alguma forma, está a se adentrar na esfera da cultura. Ambos, decerto, travam um diálogo constante. Transformações na infra-estrutura econômica levam à organização de novas instituições superestruturais, as quais reforçam ou modificam aquelas, num complexo movimento dialético. Alterações no modo de produzir implica, substantivamente, nova postura/conduta do homem em relação ao meio em que vive que, por sua vez, estimula o surgimento de novas necessidades, sofisticando-as e demandando, possivelmente, novas técnicas com profundas incidências na economia. O computador foi fruto da concorrência econômica e, ao mesmo tempo, produto da força criativa do ser humano, assim como a máquina a vapor o foi no passado e hoje é uma relíquia de museu.

A riqueza advinda de processos intensos de acumulação de capital, as revoluções comercial e industrial, por excelência, permitiu a construção/organização definitiva do Estado Nacional burguês. Para tanto, buscou-se uma identidade, baseada em algo que sintetizasse um sentimento geral, justificando-se a unidade, em meio às particularidades, fragmentações, pedaços soltos. Às vezes reconheciam-se tais diferenças, noutras sufocava-as até o perecimento total: a desintegração das partes para formar o todo, embora, de vez em quando, tal objetivo não é alcançado, ilustrado pelo fenômeno da balcanização ocorrida na Europa, no intervalo 1989-anos 90, que fez explodir etnias latentes.

Saindo do campo conceitual-abstrato e visibilizando-se um quadro mais palpável que envolve a economia e a cultura, apresentam-se alguns dados revelados pela pesquisa encomendada pelo Ministério da Cultura junto à Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais. Trata-se do Diagnóstico dos Investimentos na Cultura no Brasil, através do qual descobriu-se que o valor agregado das atividades culturais correspondia a 0,8% do PIB brasileiro, isto valendo para o ano de 1994, quando se sabe que é a partir de 1995 que o governo federal passou a estimular de modo mais incisivo os gastos no setor por meio das leis fiscais de incentivo à cultura (Lei nº 8.313 – Lei Rouanet – e Lei nº 8.685 – Lei do Audiovisual). Ainda relativo ao ano de 1994, assinala-se que as atividades culturais empregavam 509.507 pessoas, sendo este número mais representativo que aqueles apresentados para determinados setores-chaves da economia brasileira, como o de "fabricação de equipamentos e material elétrico e eletrônico (266.400 pessoas)", da "indústria automobilística, autopeças e acessórios (332.300 pessoas)", "serviços industriais de utilidade pública (283.500 pessoas)" e "comunicações (184.600 pessoas)".

Importante constatação, consoante a mesma pesquisa, é que para cada milhão de reais gastos na cultura, geram-se 160 postos de trabalho diretos e indiretos, demonstrando a "face social da cultura". Como, de 1995 a 1999, estima-se que foram investidos cerca de R\$400 milhões, presume-se que foram engendrados 64.000 novos postos de trabalho. Baseado nestes informes é que o MinC tenta sensibilizar a burocracia fazendária a ser mais generosa na aprovação de orçamentos mais elásticos para órgãos que são subordinados àquele ministério. Como informação derradeira deste quadro, e para se ter uma idéia mais viva do que pode representar economicamente uma excelente aparelhagem cultural, indica-se, segundo Antônio de Franceschi, Diretor-Superintendente do Instituto Moreira Salles, do UNIBANCO, que os museus, teatros e casas de espetáculos da cidade de New York geram US\$2 bilhões ao ano advindos da visitação turística.

Voltando-se à temática exposta no primeiro parágrafo deste escrito, que põe a cultura em debate no contexto de uma economia globalizada, defende-se a tese de que transformações advindas de processos econômicos arrojados se não pautadas numa orientação de natureza cultural, no sentido de promover reflexões sobre a identidade de um povo, percebendo suas peculiaridades, e estimulando a criação e a apreciação artísticas, fatalmente levarão à insustentabilidade das modificações almejadas. Uma sociedade que não se identifica através da música, das artes plásticas, do teatro, das suas originais brincadeiras, das suas lendas, da sua história a ser revelada por arquivos bem documentados e organizados, da literatura, essa arte tão marcante para nós maranhenses, perecerá em meio ao ritmo da integração econômica vivenciada. Diante do furor globalizante, frágeis estruturas econômicas, calcadas em políticas culturais vacilantes, levarão ao sucumbe de línguas, de costumes e até mesmo de povos que, para subsistirem, terão que renunciar ao seu *modus vivendi*, diante das culturas hegemônicas. Por isso mesmo, imaginar que o avanço das forças produtivas provoca naturalmente os devidos ajustes nas esferas política e cultural, como num truque de mágica, é um engodo; ou pior, uma farsa. O Brasil e o Maranhão experimentaram a fantasia.

O professor Celso Furtado, que teve a experiência de dirigir os ministérios do Planejamento e o da Cultura, dois notáveis tirocínios para qualquer homem público, num país marcado por diferenças econômicas, tanto pessoais quanto regionais, e também carimbado por raças e gentes que vieram de diferentes áreas do globo, num ilustrativo ecumenismo étnico, pintado, às vezes, com o pincel da violência, deixou registrado, em um de seus últimos trabalhos, sua preocupação com a dimensão cultural do desenvolvimento. A qualidade de vida está associada, umbilicalmente, ao alargamento dos padrões culturais de amplas camadas da população, pois, do contrário, repete-se e reforça-se estratificação social baseada em Casas Grandes e Senzalas ou Sobrados e Mocambos, onde o Sertão ainda seria capaz de continuar chocando um Euclides da Cunha e, após a urbanização desordenada do século XX, até as grandes cidades produziram o mesmo horror, negando ao urbano o seu sentido etimológico advindo da língua inglesa (*urbane*), qual seja, civilidade, comportamento requintado, cortesia.

#### Bibliografia Consultada

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Diagnóstico dos Investimentos na Cultura no Brasil. [www.minc.gov.br](http://www.minc.gov.br)

CHACON, Vamireh. Confissões de Ignácio Rangel. São Luís, Jornal O Imparcial, 12/10/92, p.3.

FRANCESCHI, Antônio, ORTIZ, Renato, RIBEIRO, Renato Janine . [et al]. Marketing Cultural: um investimento com qualidade. São Paulo: Informações Culturais, 1998.

FURTADO, Celso. O capitalismo global. 3a ed. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

GÖRGEN, Hermann. Cultura e Economia: condições da interdependência. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

NAPOLEONI, Cláudio. Curso de Economia Política. 2a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira & Identidade Nacional. 3a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. 14a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

STRADA, Vitorio. Da revolução cultural ao realismo socialista. In: História do Marxismo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987. v.9.

WILLET, John. Arte e revolução. In: História do Marxismo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987, v.9.

---

### CMF participa do III Seminário Nacional de Ações Integradas

*Michol Carvalho*

A Comissão Nacional de Folclore, em conjunto com a Comissão Espírito-santense de Folclore, apoiadas pela Prefeitura Municipal de Vitória/Secretaria de Cultura, realizou, no período de 20 a 23 de maio, em Vitória-ES, o III Seminário Nacional de Ações Integradas, que contou com a participação de comissões de folclore de vários estados, bem como de representantes do Ministério da Cultura (FUNARTE e IPHAN), de outras instituições, entidades, associações e grupos atuantes na área do folclore e cultura popular.

A programação desse evento englobou 06 (seis) mesas redondas abordando os temas: "O Patrimônio Humano – propriedade, proteção e legislação da cultura popular"; "Ensino e Pesquisa – criação de cursos regulares e sistemáticos do 1º grau ao nível superior"; "Políticas de Memória e Conservação – objetos,

documentos, imagens, som, movimento e multimídia"; "Folclore e Turismo – a relação com os órgãos públicos e privados do setor"; "Desenvolvimento Institucional – política e organização em rede das comissões"; e comunicações avulsas.

A Comissão Maranhense de Folclore fez-se representar no citado Seminário pela sua tesoureira, Maria Michol Pinho de Carvalho, também chefe do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, que integrou a mesa redonda Folclore e Turismo – a relação com os órgãos públicos e privados do setor, tendo igualmente atuado como relatora da mesa redonda Políticas de Memória e Conservação – objetos, documentos, imagens, som, movimento e multimídia.

No seu enfoque sobre o tema Folclore e Turismo, a representante da CMF situou inicialmente o contexto de São Luís do Maranhão, onde vem ocorrendo com mais ênfase a atual experiência da CMF desde a sua rearticulação, em 1992. A capital maranhense configura-se como uma cidade histórica reconhecida, em dezembro de 1997, pela UNESCO, como Patrimônio Cultural da Humanidade, sendo detentora de um significativo conjunto de bens culturais onde a cultura popular é muito forte, ao lado de atrativos naturais e de aspectos coloniais como o casario, os azulejos etc.

Em seguida, ressaltou as idéias básicas tidas como referências para o trabalho da CMF na área de Folclore e Turismo, quais sejam:

O turismo é uma atividade economicamente importante no mundo contemporâneo, que vem se constituindo em fonte de grandes investimentos;  
O turismo pode e deve provocar repercussões sociais e econômicas favoráveis, em termos de geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida;

A cultura, e no seu contexto o folclore, a cultura popular, detém um rico conjunto de elementos com um potencial capaz de representar uma importante fonte de motivação para a atividade turística;

No mundo globalizado, a busca do conhecimento da experiência cultural e, mais particularmente, da interação simbólica entre as pessoas passa por uma articulação entre o global e o local;

O local pode e deve se constituir num elemento diferenciador na oferta turística, num forte atrativo para um novo tipo de turista, que está sendo identificado no mercado como um importante filão, que é justamente o viajante interessado num intercâmbio cultural com os lugares que visita;

No contexto sócio-cultural de cada local, mais cedo ou mais tarde, ocorrem mudanças em decorrência da própria dinâmica da sociedade. Hoje essas mudanças são fortemente sentidas no contexto da globalização, marcada pelo grande desenvolvimento dos meios de comunicação;

O turismo e a cultura estão muito próximos e essa proximidade precisa servir de base a políticas integradas entre as duas áreas, as quais viabilizem o envolvimento do poder público, privado e da comunidade;

Em relação ao folclore e à cultura popular, essas políticas devem ter como ponto central um processo de preservação e dinamização, articulando tradição e modernidade, pois torna-se necessário acompanhar a dinâmica da sociedade;

É preciso estar atento para que a ocorrência de alterações no contexto do folclore e da cultura popular não seja imposta de maneira extrema, prejudicando significados e esvaziando o que as manifestações e expressões culturais têm de específico, de peculiar. É preciso evitar que o turismo acarrete o problema da banalização da arte folclórica;

Torna-se fundamental suscitar a participação dos produtores do folclore e cultura popular, no caso pessoas, grupos e comunidades, na compreensão, seleção e reordenação dos conteúdos alterados.

Na terceira parte da abordagem do nosso assunto, foi ressaltada a atuação integrada entre a Comissão Maranhense de Folclore e o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, órgão da Fundação Cultural do Maranhão – FUNCMA, sendo colocado o conjunto de ações desenvolvidas no funcionamento do Prédio de Exposições do referido Centro e dentro de uma programação sistemática de atividades, na qual se situam o apoio e incentivo a festejos tradicionais, a exemplo dos Festejos Juninos, Festa do Divino Espírito Santo, Carnaval e festas do Ciclo Natalino, além de eventos como Seminários, oficinas, workshops, cursos, treinamentos, semanas de cultura popular e apresentações de grupos folclóricos da capital e do interior do Estado.

Dentre os projetos executados, foi dado destaque, na área de pesquisa, ao "Memória de Velhos: Depoimentos – uma contribuição à Memória Oral da Cultura Popular Maranhense", que é desenvolvimento na área de memória oral com o registro de depoimentos, através de entrevistas com personalidades-chaves das várias áreas do folclore e da cultura popular maranhense, já tendo sido editados 05 (cinco) livros com as memórias dos entrevistados. Os quatro primeiros através do MINC/FNC e o quinto com recursos estaduais.

Outro projeto focalizado foi o Sabença: museu-escola, voltado para escolas públicas e particulares, em que se trabalha com 40 (quarenta) temas ligados ao folclore e à cultura popular maranhense. A proposta executada é que uma turma de alunos passe uma manhã ou uma tarde no Centro de Cultura Popular participando de um conjunto de atividades: palestra, projeção de vídeo, visita guiada ao Circuito de Exposições e oficina de arte-educação. Para tal, buscou-se uma parceria financeira com a rede privada e cada escola particular que faz sua adesão ao projeto adota uma escola pública, viabilizando a sua participação nas atividades.

Em termos de sistemática de divulgação foram ressaltados o Boletim da CMF, lançado a cada quatro meses, estando no número 15, além de convites, folders, nos eventos de maior dimensão, cartazes e camisetas.

Concluindo o enfoque feito nessa mesa redonda, verificou-se que uma análise crítica do trabalho da CMF, levantando-se as suas principais preocupações quanto à sistemática de atuação adotada, sobretudo no que diz respeito à integração com o CCPDVF/FUNCMA

### **Resenha de Livro: O cabloco no Tambor de Mina**

O livro é baseado em tese de doutorado em Antropologia defendida em 1991, na Universidade de São Paulo - USP, pela Professora Mundicarmo Ferretti. Foi premiado e publicado originalmente pelo SIOGE, em concurso literário realizado em 1993. A segunda edição, da EDUFMA, é uma realização do Núcleo de Pesquisa de Religião e Cultura Popular, do Departamento de Sociologia e Antropologia, com apoio da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade Federal do Maranhão - UFMA e da Fundação Sôsândrade. O lançamento do livro aconteceu no dia 14 de junho no Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho.

Desceu na Guma fala da presença de entidades espirituais caboclas no Tambor de Mina, denominação religiosa afro-brasileira típica do Maranhão. Guma é o lugar onde os voduns e orixás (divindades africanas) são recebidos em transe mediúnico e onde entidades espirituais caboclas (não africanas) passaram também a ser incorporadas. É o barracão onde ocorrem os rituais do Tambor de Mina. Embora exista no Tambor de Mina um alto índice de preservação da cultura africana, as entidades caboclas são encontradas em todos os terreiros, (com exceção da Casa das Minas-Jeje), são mais numerosas e são recebidas com maior frequência pelos filhos-de-santo, daí a sua importância.

Além de ser pioneira sobre o cabloco no Tambor de Mina, Desceu na Guma é a obra mais completa e profunda sobre o cabloco na religião afro-maranhense, o Tambor de Mina. Nela, Mundicarmo Ferretti faz uma reconstituição da história do Tambor de Mina, apresenta os resultados do seu estudo antropológico sobre a Casa Fanti-Ashanti, onde concentrou sua investigação no período de 1984-1991, e faz uma análise das características e formas de integração do cabloco naquele terreiro. Na obra, a autora parte da bibliografia e de trabalhos realizados por pesquisadores que a precederam e se baseia em seu intenso trabalho de campo realizado em terreiros da capital maranhense e em observações realizadas nos municípios de Codó e Cururupu.

Em Desceu na Guma, Mundicarmo Ferretti, discutindo o conceito de cabloco no Tambor de Mina, mostra como naquele contexto ele se apresenta independente do fator etnicidade e bem diferenciado do conceito de índio. No Tambor de Mina, o termo cabloco designa não apenas entidades de origem indígena, mas também encantados das famílias do Rei da Turquia (como o Cabloco Guerreiro e a Cabocla Mariana), da família de Dom Luís Rei de França (como Antônio Luís ou "Corre Beirada") e muitos outros que não podem ser considerados índios, ancestrais ou divindades indígenas e nem podem ser encarados como os primeiros ou os verdadeiros "donos da terra" brasileira, como ocorre com o cabloco recebido em terreiros de Candomblé e em terreiros de Umbanda do Centro-Sul.

Na obra, a autora mostra ainda que, apesar da importância da oralidade na religião afro-brasileira, algumas obras literárias exerceram grande influência na mitologia e no desenvolvimento do Tambor de Mina. Como exemplo analisa o caso das entidades de uma das maiores famílias de entidades caboclas do Tambor de Mina, a do Rei da Turquia, cuja mitologia apresenta tantos elementos da obra História do Imperador Carlos Magno e os Doze Pares de França, que esta pode ser considerada uma de suas matrizes. Essa hipótese foi por ela reforçada depois de vários anos de pesquisa, quando encontrou um exemplar dela no terreiro que, no final do século XIX, foi o berço da linha de turcos no Tambor de Mina. A História do Imperador Carlos Magno e os Doze Pares de França narra batalhas entre turcos e cristãos revividas no Brasil em Cheganças e em várias outras representações folclóricas, que podem também ter contribuído para a elaboração do perfil dos turcos no Tambor de Mina.

A primeira edição de Desceu na guma foi prefaciada pela psicóloga Monique Augras, professora da Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica - PUC do Rio de Janeiro e renomada pesquisadora de religião afro-brasileira. O prefácio da segunda edição foi escrito pelo antropólogo Sérgio Ferretti, também muito conhecido como pesquisador de Religião afro-brasileira do Maranhão, que coordena o Núcleo de Pesquisa em Religião e Cultura Popular do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA, vinculado ao Mestrado em Políticas Públicas da UFMA.

Mundicarmo Ferretti é antropóloga e vem realizando e/ou coordenando pesquisa sobre entidades espirituais caboclas do Tambor de Mina desde 1994, com apoio da FUNARTE, CAPES, UFMA, UEMA, FAPEMA, CNPq e outras instituições. Tem quatro livros publicados premiados em concursos realizados pelo SIOGE e pela SECMA e produziu um disco de pesquisa na Casa Fanti-Ashanti. Colaborou em várias obras sobre religião afro-brasileira publicadas em outros Estados ou no exterior, publicou numerosos artigos em periódicos científicos e é assídua colaboradora do Boletim da Comissão Maranhense de Folclore.

A obra poderá ser adquirida na livraria Odorico Mendes, no Campus da UFMA e no Bazar do Giz, no Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho.

FERRETTI, Mundicarmo. Desceu na guma: o caboclo do Tambor de Mina em um terreiro de São Luís - a Casa Fanti-Ashanti. 2. Edição revista. EDUFMA, 2000, 374p

---

## Notícias

---

### Queimação de Palhinhas

O Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho - CCPDVF abriu a sua programação de atividades do ano 2000, no dia 14 de janeiro, quando realizou, no seu Prédio de Exposições, o ritual popular da Queimação de Palhinhas, com ladainha cantada por Dona Teté e Rosa Reis, acompanhadas por músicos tradicionais. Nessa ocasião, apresentaram-se os grupos Pastor do Menino Deus, de Dona Lili Sá Marques, do bairro do João Paulo; e Reis das Flores, de Dona Aldenora Cantanhede Gomes, da localidade de Porto Grande. Houve, ainda, a entrega de prêmios e menções honrosas aos vencedores do Concurso de Árvores de Natal da II Exposição Arvoredo: uma idéia de Natal. (MC)

### Orixás

No dia 14 de fevereiro, o CCPDVF abriu a Exposição Orixás, do babalorixá Jorge Itaci, composta de 16 telas pintadas com a técnica óleo e guache sobre papel, reproduzindo imagens de orixás de origem Nagô. Os quadros foram doados pelo autor ao CCPDVF e incorporados ao acervo do Centro. Na abertura da exposição houve apresentação de danças do Tambor de Mina com filhas de santo do Terreiro Iemanjá, de Jorge Itaci. (MC)

### Carnaval

Como parte do Plano de Apoio e Incentivo ao Carnaval Maranhense, do Governo do Estado, através da Fundação Cultural do Maranhão, o Centro de Cultura Popular lançou, no dia 2 de março, o CD São Luís Carnaval de Rua, uma reedição do disco em vinil produzido em 1993 pela extinta Secretaria de Estado da Cultura.

O CD reúne composições de 13 grupos carnavalescos de São Luís. Participam do disco os blocos tradicionais Os Versáteis, Os Vigaristas, Príncipe de Roma, Os Tremendões, Os Brasinhas e os Foliões; os grupos de tambor de crioula da Liberdade, da Floresta e da Fé em Deus; as tribos de índios Sioux e Guarany; o bloco Fuzileiros da Fuzarca, um dos mais antigos de São Luís; e o auto carnavalesco Urso Caprichoso. (MC)

### O Índio e o Negro

No mês de abril, fugindo da euforia pela comemoração do 5º centenário de descobrimento do Brasil, o Centro de Cultura Popular realizou dois eventos que colocaram em destaque o índio e o negro, promovendo momentos de reflexão sobre a vida e a situação desses dois povos que ajudaram a construir a identidade nacional.

A exposição Índio: ser ou não ser, aberta no dia 14, na Galeria Zelinda Lima, focalizou o índio no seu habitat e aspectos do seu dia-a-dia, com 20 esculturas de cerâmica, produzidas pelos artistas Vitória, Nelle, Rober, Robson Diniz e Rosantos.

O segundo evento colocou em destaque a Casa das Minas do Maranhão, nos dias 25 e 26, com a proposta de suscitar uma reflexão/ação sobre essa tradicional casa de culto afro, sensibilizando a comunidade para a necessidade e a importância de se desencadear o seu processo de tombamento a nível estadual (em fase inicial) e federal.

Dentro da programação constaram uma Oficina de Comida de Santo, ministrada pelas voduns da Casa das Minas Dona Celeste Santos e Dona Maria Roxinha e pela pesquisadora Maria do Rosário; a exposição Povo de Mina, com fotografias de Pierre Verger e Ribamar Alves e artefatos rituais da Casa das Minas, e o Seminário Diversidade, Identidade e Direito Cultural, que contou com a participação do antropólogo Raul Lody, da técnica Emília Stenzel, representante do IPHAN/MINC/Departamento de Proteção, e do professor e antropólogo Sérgio Ferretti, que coordenou uma mesa redonda com depoimentos das voduns da Casa das Minas Dona Denil Prata Jardim, atual chefe da Casa, Dona Zobeilda Vieira Filho, Dona Maria Celeste Santos e Dona Maria Cesarina dos Passos Lisboa (Maria Roxinha). No encerramento, se apresentou o bloco afro Akomabu, do Centro de Cultura Negra do Maranhão. (MC)

### Tríduo Juanesco

O mês de junho traz o Tríduo Juanesco com uma programação junina nos dias 14, 15 e 16, que engloba, no dia 14, a exposição Bumba-meu-boi: uma interpretação no barro, da artista plástica cearense Liara; o lançamento do CD e vídeo A Lenda do Rei Sebastião, de Roberto Machado, com show de apresentação do disco; lançamento da segunda edição do livro Desceu na Guma: o caboclo no Tambor de Mina, da antropóloga e pesquisadora Mundicarmo Ferretti; e lançamento do boletim número 16, da Comissão Maranhense de Folclore.

A programação de apresentação de grupos, nos dias 15 e 16, inclui o Forró de Nunes do Acordeon, grupos de tambor de crioula do povoado Rampa (município de Vargem Grande - MA) e Taim (interior de São Luís), bumba-meu-boi Riso da Mocidade (município de Timon - MA), bumba-meu-boi Boa União (município de Mirinzal - MA), bumba-meu-boi gigante Famosão de São João (município de Humberto de Campos - MA), cantoria com mandadores (donos) de boi do município de Caxias - MA e forró com a banda Arrocha o Bacuri. (MC)

### Brincadeira tem Hora

A Comissão Maranhense de Folclore inicia no dia 3 de julho o projeto Brincadeira tem Hora, com a promoção de um curso de Confecção de Brinquedos Populares, de 600 horas, no bairro periférico da Vila Embratel. O projeto será desenvolvido com recursos da Capacitação Solidária em parceria com a Associação Comunitária Itaúna. O curso é destinado a jovens de 15 a 21 anos de idade. (IN)

### Falecimentos

#### Dona Neném

A comunidade do Maracanã sofreu, no dia 18 de maio, uma grande perda com o falecimento de Clizaura Dias Cardoso, mais conhecida por Dona Neném. Dona Neném era funcionária pública, atuava na administração de cemitérios e realizava, no Maracanã, juntamente com o Senhor Mamede e Dona Celeste, da Casa das Minas, uma bonita festa do Espírito Santo, festa essa que crescia ano a ano. Era membro do Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira - INTECAB, pertencia ao grupo que está trabalhando para que o Terreiro da Turquia continue em atividade e promovia, apoiava e participava de várias atividades da religião afro-brasileira e da cultura popular maranhense. Foi iniciada na Mina por Dona Irinéia, já falecida, e foi muito ligada a Dona Santana, mãe-de-santo que tem terreiro de Mina e Cura na Vila Esperança, onde ela passou a cultuar a entidade espiritual conhecida na Mina por Rainha Dina. (MRF)

### **Dona Didi**

O Terreiro da Turquia perdeu, no dia 30 de maio, uma de suas mais dedicadas filhas: Claudionora de Jesus Costa, mais conhecida como Didi. Dona Didi era funcionária pública e atuava em uma escola de São Luís. Começou suas atividades mediúnicas no antigo terreiro de Cota Roxa, no Turu. Como seu guia espiritual era Mensageiro de Roma, da família de Turquia, transferiu-se depois para a casa de Dona Anastácia, a que permaneceu ligada até o fim de sua vida. O Terreiro da Turquia está sob o comando de Pai Euclides, da Casa Fanti-Ashanti, que tinha Didi como grande colaboradora. Dona Didi realizava uma festa do Espírito Santo em pagamento de promessa feita por sua mãe, festa essa que durante algum tempo teve como principal colaboradora Dona Nenem, do Maracanã, falecida menos de duas semanas antes dela. (MRF)

### **Pedro de Alcântara:**

O arquiteto carioca Antônio Pedro Gomes de Alcântara, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, falecido em fins do ano passado, foi um grande batalhador pela proteção, restauração e defesa do patrimônio cultural em áreas urbanas de diversas regiões do país. Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, professor universitário, admirador e estudioso do cinema e participante de movimentos sociais, foi um dos mais importantes arquitetos do país, tendo sido responsável por projetos de restauração em Parati, Belém, Macapá, Maceió, Rio de Janeiro e outros locais. Desde fins da década de 1950 até o seu prematuro falecimento, em fins de 1999, Pedro de Alcântara foi responsável por muitos projetos de restauração e tombamento em São Luís e Alcântara, tendo inclusive colaborando intensamente para que São Luís fosse reconhecida como Patrimônio da Humanidade. (SF)

Pedro de Alcântara se interessava por todos os aspectos do homem e da cultura. demonstrando profundo respeito pelos humildes. Foi um apaixonado pela cultura popular, tendo desde cedo reconhecido a obra de grandes artistas como Vitalino de Caruaru e Nhozinho do Maranhão. Sua morte deixa uma enorme lacuna entre os que o conheciam e admiravam seu profícuo trabalho de humanista. (SF)

---

### **Gira Mundo**

Movidos por um sentimento de saudade, em busca do resgate sentimental de vivências - herança cultural da família Castro - o casal Carlos e Zelinda Lima, nossos fraternos colaboradores e incentivadores, realizou uma viagem por lugares de Portugal e Espanha que delineiam uma rota familiar. Foram acompanhados dos irmãos dela: Fernando, Armando e esposa e Roselina.

Vilas e lugarejos na região da Galícia foram percorridos, além de cidades como Porto, Estoril, Cascais, Batalha, Fátima, Coimbra e Orense - esta última terra natal do Sr. Leôncio Castro, pai do clã.

Lá, visitaram primos e a casa onde nasceu o patriarca, deliciando-se com histórias que serão bem melhor contadas ao sabor das palavras fáceis e ilustrativas da lavra de Seu Carlos, que aproveitou o roteiro para comemorar seus 80 anos. Haja entusiasmo! Parabéns!

---

### **Perfil Popular**

#### **Augusto Aranha: o sagrado e o profano com perfeição**

*Lenir Oliveira*

As procissões da Semana Santa, em São Luís, mais especialmente a da Fugida e do Encontro, não serão mais as mesmas, pois, no mês de março, em pleno período da Quaresma, morreu Augusto Aranha Medeiros, incansável defensor e preservador destas tradições religiosas. Homem modesto e simples, há 70 anos se encontrava à frente da Irmandade de Bom Jesus dos Navegantes, cuidando e organizando as solenidades promovidas por aquela confraria.

Durante seus 92 anos bem vividos, deixou marcada, em sua trajetória histórica, extensa lista de relevantes contribuições à cultura ludovicense, pois, além do seu envolvimento com os festejos da Semana Santa, foi ele o responsável pela montagem de grandes presépios em igrejas como Santo Antônio, Sé e São João, entre outras.

Em sua casa, à rua do Coqueiro, erguia anualmente presépio aberto a visitação pública, que se tornou uma tradição do período natalino, cujo encerramento se dá na noite de Santos Reis (06 de janeiro), quando as portas de sua casa se abriam para receber parentes, amigos, simpatizantes e curiosos a fim de participar da concorrida Queimação de Palhinhas,

composta de ladainha em latim seguida da distribuição de doces, chocolates e mingau de milho.

Mas a vida de Augusto não estava ligada apenas à religiosidade. Em depoimento contido no volume II da coleção Memória de Velhos, admitia ele ser o Carnaval a festa de sua predileção, principalmente, os antigos carnavais com suas figuras e seus ritmos tradicionais.

Convém ressaltar, ainda, a sua valiosa participação na criação, organização e montagem do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, instalado em grandioso solar situado à rua do Sol, que pertenceu a famílias abastadas do Maranhão e onde atuou profissionalmente durante vários anos.